

MARCOS ANTONIO CARDOSO DE LIMA

**RELAÇÃO RENDA E ESCOLARIDADE: UMA ANÁLISE PARA O
PARANÁ, CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA EM 2001.**

**Trabalho de Graduação apresentado ao
Curso de Ciências Sociais Aplicadas,
Ciências Econômicas, Universidade
Federal do Paraná, como requisito para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas.**

**Orientador: Profª Patrícia Rosentaski de
Oliveira**

CURITIBA

2005

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCOS ANTONIO CARDOSO DE LIMA

RELAÇÃO RENDA E ESCOLARIDADE: UMA ANÁLISE PARA O PARANÁ, CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA EM 2001.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Patricia Rosentaski de Oliveira
Departamento de economia, UFPR


Prof. Dr. Luiz Antonio Domakosky
Departamento de economia, UFPR

Prof. Dayani Cris de Aquino
Departamento de economia, UFPR

Curitiba, 02 de dezembro de 2005

AGRADECIMENTO

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, meu especial agradecimento.

A Regianny, minha esposa, pela compreensão, apoio e dedicação em me auxiliar.

A meu filho Caio, meu pai Dulcídio e mãe Leticia pelo apoio.

Agradeço à professora e orientadora

Patrícia Rosentaski de Oliveira pelo acompanhamento, revisões, críticas e correções, que dedicadamente fez a este trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS

RESUMO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 O CAPITAL HUMANO.....	3
2.1 A ESCOLARIDADE	5
2.2 RENDA E RENDIMENTO.....	6
3 UM ESTADO COM DUAS CARAS	8
3.1 A RENDA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, CURITIBA E REGIÃO ETROPOLITANA.....	12
3.2 ANALFABETISMO: O ATRASO DE NOSSA VIDA.....	20
3.3 O ANALFABETISMO DE NOSSO ESTADO.....	20
3.4 A EXCLUSÃO RACIAL E SEUS REFLEXOS NO PARANÁ.....	24
3.5 A INCERSÃO DAS MULHERES.....	29
4- CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	34

LISTA DE TABELAS

TABELA 01- CRESCIMENTO POPULACIONAL DO PARANÁ E TAXAS DE CRESCIMENTO–1940/2000	9
TABELA 02 - DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DOS ESTUDANTES DE 18 A 24 ANOS DE IDADE, POR NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO, NO BRASIL E REGIÃO SUL, EM 2001.....	10
TABELA 03 - TAXA DE ATIVIDADE, POR GRUPO DE ANOS DE ESTUDO - 2001.....	11
TABELA 04 - POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL E RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES PARA 2001.....	12
TABELA 05 - POPULAÇÕES OCUPADAS, TOTAIS E SUA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHADORES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES PARA 2001.....	13
TABELA 06 - POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO SUA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR PER CAPTA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PARA 2001.....	14
TABELA 07 - RENDIMENTO TOTAL E SEUS RESPECTIVOS VALORES RELATIVOS E RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES – 2000.....	15
TABELA 08 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHADORES DA POPULAÇÃO OCUPADA, EM REAIS, POR SITUAÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES – 2001.....	15
TABELA 09 - PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRUPO DE ANOS DE ESTUDO - 2001.....	16
TABELA 10 - RENDIMENTO-HORA DA POPULAÇÃO, POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO.- 2001.....	18

TABELA 11 - TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO NO TOTAL – 2001.....	21
TABELA 12 - TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO NA REGIÃO URBANA –2001.....	21
TABELA 13 - TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO NA REGIÃO RURAL– 2001.....	21
TABELA 14 - TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE POR SEXO E REGIÕES – 2001.....	22
TABELA 15 - TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS DE IDADE OU MAIS, POR COR OU RAÇA - 2001.....	28
TABELA 16 - TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAIS DAS PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS DE IDADE (%). 2001.....	25
TABELA 17 - POPULAÇÃO TOTAL E SUA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR COR OU RAÇA - 2001.....	26
TABELA 18 - TAXA DE ESCOLARIDADE DAS PESSOAS DE 5 a 24 ANOS DE IDADE POR COR OU RAÇA E GRUPO DE IDADE – 2001.....	27
TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR SEXO DA PESSOA REFERÊNCIA DA FMÍLIA E PRESENÇA DE CONJUGE – 2001.....	30
TABELA 20 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO OCUPADA, EM REAIS, POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO E SEXO SEGUNDO REGIÃO - 2001.....	31
TABELA 21 - GÊNERO POR ESCOLARIDADE EM 2001 NO PARANÁ.....	32

RESUMO

Os estudos sobre a relação entre renda e escolaridade, tiveram seu início no Brasil em fins dos anos 60 e início dos 70. Desde então vários estudos foram realizados sobre desigualdades salariais e disparidades regionais de indicadores sociais ligadas ao nível de escolaridade. Este trabalho objetiva constatar a relação entre renda e escolaridade para o Estado do Paraná, Curitiba e região metropolitana ; para isso analisaremos os números da PNAD 2001, de acordo com a ocupação, etnia e sexo. Os principais resultados apontam que independente destas características sociais serem diferentes a relação observada é positiva, e mais ainda, que dentro das distinções propostas, percebe-se uma maior disparidade de renda e escolaridade em favor dos homens, brancos, servidores públicos e trabalhadores com carteira assinada .

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a relação entre renda e escolaridade, tiveram seu início no Brasil em fins dos anos 60 e início dos 70. Desde então vários estudos foram realizados sobre desigualdades salariais e disparidades regionais de indicadores sociais ligadas ao nível de escolaridade. Segundo BARROS e MENDONÇA (1996), no Brasil, o elevado grau de desigualdade educacional faz com que a sensibilidade dos salários ao nível educacional do trabalhador seja uma das mais altas do mundo.

No Brasil está ocorrendo uma grande revolução no que se refere à escolaridade da população. É visível que o país ainda é atrasado no desenvolvimento educacional, quando comparados aos níveis educacionais da Europa, do Canadá, Japão ou o norte americano. Entretanto, é visível que a população está tendo maior acesso a escola, pois os números da PNAD (2001) mostram esta evolução positiva. A partir destes dados o trabalho quer verificar qual é a realidade do Estado do Paraná, da capital paranaense e sua região metropolitana.

O Brasil passa por um período de transformação em que está diminuindo o número de analfabetos, aumentando o tempo de permanência das crianças nas escolas e formando mais pessoas em cursos superiores.

Quanto à integração social, devemos nos lembrar que o governo vem criando programas para inserir os excluídos, são programas na área social. Estes programas vão desde cursos para profissionalização até ajudas como cestas básicas, distribuição de leite e gás, redução de contas de luz, dentre outros. Mas muitas mudanças ocorridas na nossa sociedade decorreram de outra forma, como o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, programas que aumentam a atuação dos negros nas universidades, que é o programa de quotas, entre outras.

Este trabalho se propõe a fazer uma breve análise sobre os efeitos da relação escolaridade e renda na sociedade paranaense. Analisar o nível educacional da população dentro dos contextos sociais, divididos entre a população ocupada, etnia e sexo das pessoas e testar a relação com o rendimento, averiguando como socialmente isto influencia suas vidas. O trabalho busca mostrar os efeitos destes três fatores na vida da população paranaense, dentro do período de 2001.

Este trabalho parte do pressuposto de que há uma relação positiva entre

renda e escolaridade e que de acordo com os dados da PNAD (2001) , as relações entre educação e desigualdade de renda, evidentemente remetem às múltiplas e complexas dimensões sociais, econômicas e culturais, e são influenciadas pela etnia, o sexo e a localidade em que a pessoa vive.

A relação entre a escolaridade e os rendimentos é positiva. Espera-se que quanto maior a escolaridade de uma pessoa, maior será seu rendimento. A relação é positiva e as taxas de retorno variam entre 12% a 19%, de acordo com o estudo realizado por PEREIRA (2001), "diferença de escolaridade e rendimento do trabalho". A educação é um dos principais fatores de explicação dos diferenciais no mercado de trabalho. Também é uma das variáveis que explicam, nos países subdesenvolvidos, a desigualdade salarial. Conseqüentemente, devido a sua relação com o rendimento, influência na desigualdade social, diferenciando as pessoas por classes, ficando nos extremos os ricos, que por sua vez detêm melhores condições de estudar e maior facilidade para ter um nível educacional maior. Já no outro extremo, os pobres na contra mão da educação, muitas vezes são excluídos socialmente pela baixa escolaridade. Isto entre outros determinantes como a cor e a descendência social que a pessoa tem, seu sexo e a herança educacional que também influencia na sua posição social. Eis um dilema que se forma em nossa sociedade, que diz que sem estudo não se obtém emprego e sem rendimento não se pode estudar.

Para tanto será analisado o rendimento e a escolaridade segundo a ocupação, a etnia e o sexo das pessoas.

Este trabalho se divide em três partes, o primeiro capítulo fala sobre a Teoria do Capital Humano e sua importância dentro deste trabalho à escolaridade e a renda. No segundo capítulo, se analisa os dados referentes a renda, e escolaridade segundo ocupação, etnia e sexo de população do Paraná e região metropolitana de Curitiba. Já no terceiro capítulo, apresenta-se a conclusão do que estes dados mostraram ao longo deste trabalho.

2 O CAPITAL HUMANO

A Teoria do Capital Humano, ajudará a explicar o porquê, nos dias atuais, a questão educacional é muito importante, na relação entre o rendimento das pessoas e seus níveis educacionais. Esta teoria vem sendo estudada há muito tempo, porém não é possível associá-la a uma única teoria, uma vez que ela é derivada de vários autores que não trataram diretamente do assunto. Segundo alguns autores esta teoria teria sido tratada como Teoria do Capital Humano por Theodore Schultz, em 1960, quando foi anunciada.

Mas foi apenas em 1962 que o próprio Schultz publicou um artigo na revista científica americana *Journal of Political Economy*. Alguns autores nos mostram que o interesse neste assunto vem desde Adam Smith, e citam muitos outros autores como: Alfred Marshall, Irving Fisher, Wálras, William Petty entre outros. Porém, estes autores não falavam diretamente sobre o Capital Humano, apenas faziam referências a investimentos, nos trabalhadores, feitos para melhorar a qualidade de trabalho dos mesmos. O que estes autores diziam não estava ligado diretamente aos ganhos dos trabalhadores, ou seja, não era para benefício do indivíduo, mas sim, para benefício da empresa, para aumentar a produção. Muitas vezes estas idéias eram aplicadas na coletividade. Diferente do que temos hoje como Capital Humano, que está voltado para o indivíduo, isto porque é um diferencial pessoal dentro do mercado de trabalho, ou para adentrar a ele, ou para se manter nele.

De acordo com o que a Teoria do Capital Humano diz, em suma, é que ela consiste na idéia de que: o indivíduo gasta em si mesmo de formas diversas não apenas buscando desfrutar do presente, sendo apenas um indivíduo consumidor, transformando seu rendimento, neste caso o salário é um bom exemplo, mas procurando rendimentos futuros, pecuniários ou não, tal qual um empresário quando compra uma máquina nova e mais moderna para ampliar sua produção. Segundo Schultz, também são investimentos em capital humano os gastos em saúde, educação e a migração interna para conseguir manter-se empregado, ou melhorar sua qualidade de vida, de produtividade e de rendimento. (PRONI e HENRIQUE, 2003).

Schultz disse que o que distingue o capital humano de outras classes de capital é que ele é parte do homem. É humano porquanto se acha configurado nele,

e é capital porque é uma fonte de satisfação futura, ou de futuros rendimentos, ou de ambas as coisas. Blaug ressalta que capital humano não implica dizer que as pessoas sejam tratadas como capital. Em outras palavras, capital humano é o valor atual das habilidades adquiridas pelas pessoas e não o valor das próprias pessoas. Becker enfatiza que a razão de ser humano é a impossibilidade de separar do indivíduo seu conhecimento, habilidade e destreza, saúde e outros aspectos que determinam o capital humano. (PRONI e HENRIQUE, 2003).

No início do século XX o Taylorismo e o Fordismo, nos mostram que investir em capital humano já era uma preocupação.

Conforme nos mostra PRONI e HENRIQUE (2003), Frederick Taylor, em 1911, publicou seus Princípios de Administração Científica o que mudou o comportamento do empresariado americano. Este novo sistema produtivo deveria obedecer determinadas normas e ser funcional, para isto, as tarefas deveriam ser subdivididas em unidades menores de tempo e movimento que fossem possíveis, para serem combinadas com os menores gastos. Aqui entra a destreza do trabalhador, transferindo-se esta destreza para o empresário, que as analisaria e as devolveria ao trabalhador em parcelas menores, estando mais especializados. Esta mudança é vital para o novo sistema industrial que estava sendo implantado fazendo com que a indústria se tornasse mais ágil e aumentasse sua capacidade de produção. Mas para isto seria preciso treinar os trabalhadores para este novo sistema de produção, mostra que não só o capital era do capitalista mas também a força de trabalho, que se tomava parte deste.

O que ocorre é que o capitalista passa a estudar o processo de trabalho, mas aqui ainda não era para enriquecer a capacidade ou dar-lhe conhecimento científico, mas sim para baixar o custo do trabalho, diminuindo o seu preparo e fazendo-o aumentar a produtividade. Isto porque o trabalhador não precisava mais aprender todo o processo de produção, mas sim uma parte do mesmo e nesta parte se aperfeiçoar o máximo possível. Com isto, o trabalhador se especializava com apenas uma parte da produção e assim tomava-se exímio conhecedor desta função, isto fazia com que sua produtividade fosse maior, o que fazia com que aumentasse a eficiência produtiva.

Segundo PRONI e HENRIQUE (2003), Henry Ford é o segundo transformador do sistema produtivo industrial. Em 1912, Ford instituiu a jornada de cinco dólares causando estranheza e curiosidade no meio industrial, Ford justificou

isto como uma participação dos trabalhadores nos lucros da empresa. Criou-se então um departamento sociológico cujos integrantes se dedicavam a investigar a vida dos trabalhadores em suas casas, se ela era de qualidade ou não, acreditando que sua satisfação pessoal refletia no seu desempenho no trabalho. Infelizmente o sucesso de Ford durou até a Primeira Guerra Mundial, porém isto também veio a contribuir para futuros estudos a respeito do assunto. Se unirmos os dois processos, teremos o que se chama socialização estrutural do trabalho, pois alguns estudos sobre o bem estar do trabalhador foram feitos, que faz parte do princípio da teoria do capital humano.

Hoje investir em capital humano é rotina e necessidade para as grandes e médias empresas, os trabalhadores quando ingressam em uma empresa, mesmo que já disponham de certo conhecimento para realizarem sua função são submetidos a um treinamento, posteriormente sempre estão realizando cursos para aprenderem novas técnicas, para serem reciclados ou para se adaptarem as novas necessidades que o mercado lhes impõe. Isto é a ampliação do processo da capacitação do trabalho.

2.1-A ESCOLARIDADE

A importância que a escolaridade terá na vida e na formação social de uma pessoa é muito grande. Seus reflexos lhe acompanharão por toda sua vida. Somando a escolaridade a outros fatores, como cor, raça, sexo, herança social etc, podemos traçar as condições sócio-econômicas das pessoas. Um cidadão de maior escolaridade conhece melhor seus direitos civis que outro com um grau de conhecimento menor. Um exemplo disto é a qualidade de vida dos povos.

Mundialmente pode-se observar que quanto maior o grau de instrução de um povo, melhor são as condições de vida que este mesmo povo tem. É só observarmos o povo norueguês e o povo angolano e veremos que a diferença entre eles é muito grande em termos de qualidade de vida. Também dentro dos povos temos a diferença de classes, entre ricos, pobres, remediados, classe média, enfim, têm várias definições para os diversos padrões de rendimento que as pessoas possuem. Quanto maior a diferença de escolaridade entre um povo maior será a distância das classes entre eles. O fator histórico-cultural de cada povo também é importante dentro desta diferenciação.

É preciso deter o conhecimento básico, aprimorar-se neste conhecimento e posteriormente aplicá-lo. Desta forma, como os japoneses fizeram, o Brasil pode ser mais independente e até mesmo avançar dentro da divisão do trabalho, como alguns países já estão fazendo. Estes países, que antes eram apenas fontes de matérias primas, hoje já são fonte de mão de obra, restando apenas a fase de desenvolvimento de tecnologia de ponta. Mas até mesmo para fornecer esta mão de obra é necessário que ela esteja apta aos padrões exigidos. Desta forma a educação exigida está num nível elevado, forçando os países que queiram participar desta nova etapa da divisão internacional do trabalho a estarem neste nível educacional.

2.2-RENDA E RENDIMENTO

É possível afirmar que há uma relação entre rendimento e escolaridade, que esta relação entre a educação e renda tem como efeito o reflexo da distribuição da educação sobre a distribuição da renda, ou seja, a desigualdade da educação é um sinônimo da desigualdade de renda como se constata em LIMA (2005). Já falamos sobre a importância que a escolaridade tem, por isto devemos nos lembrar que de acordo com o rendimento das pessoas, podemos definir seu padrão de vida. De acordo com sua renda ela pode ter uma qualidade de vida boa ou não.

Novamente vendo a variação de renda, no Brasil que é muito grande, aonde vai desde quem não recebe nada, até grandes milionários que estão no ranking mundial. Além disto, um de nossos problemas maiores é e sempre foi a distribuição de renda. Nosso país é uma das maiores potências econômicas do mundo e é uma economia em desenvolvimento, porém com nossa distribuição de renda, temos problemas sociais alarmantes, nos quais nos comparamos com países subdesenvolvidos e bem atrasados. Desta forma nos defrontamos com os problemas que os países considerados pobres tem: fome, analfabetismo, miséria, além dos problemas de saúde e segurança que temos diariamente em nossos jornais dentre outros. Estes problemas sociais são reflexos da distribuição de renda. Isto é uma realidade vergonhosa, temos riquezas suficientes para que a população brasileira tenha uma qualidade de vida bem melhor que a que tem hoje, vemos outros povos que não dispõem de metade dos recursos naturais brasileiros e suas qualidades de vida são muito superiores. Por isto há a necessidade de mudar esta

situação.

Um dos motivos é a diminuição do poder de compra do salário mínimo afetando diretamente a diminuição da renda da população, houve uma defasagem do salário mínimo no decorrer dos anos pelo fato do seu reajuste não acompanhar as variações da inflação. Com este problema de reajuste quem tinha seus salários atrelados ao salário mínimo, também sofriam com isto. Por exemplo, um mecânico tem como piso salarial três salários mínimos. Como consequência disto, diminui-se o poder de compra da população, principalmente a de baixa renda, onde muitos são pensionistas ou aposentados e que tem como base o salário mínimo. Desencadeando uma situação de queda do consumo. Gerando uma redução do rendimento das pessoas e com isto parte da sociedade saiu perdendo.

Isto desencadeia uma situação em que as pessoas procuram aumentar sua renda familiar. Por exemplo, daqueles que se aposentam, muitos continuam no mesmo emprego, outros abrem um negócio próprio, geralmente ligado a sua atividade anterior. Por outro lado, os jovens tentam entrar cada vez mais cedo no mercado de trabalho, mas isto está cada vez mais difícil, pois a competitividade é muito grande, para se ocupar uma vaga é preciso preencher certos requisitos, como escolaridade, cursos de profissionalização e especialização, ou seja, quem investiu mais em capital humano.

O mercado de trabalho está mais exigente em relação ao capital humano oferecido pelas pessoas, forçando-as a investirem em si cada vez mais. Aqui temos um dilema que é a realidade de nossa população de baixa renda, as pessoas não tem capital humano porque tem que trabalhar e não trabalham por que lhes falta capital humano.

Para quem precisa entrar no mercado de trabalho, fica mais difícil, isto porque as empresas preferem continuar com os aposentados, que muitas vezes permanecem sem ser registrados ou com custos trabalhistas menores. E não é só este o ganho que as empresas tem, pois elas têm um funcionário que custa menos e tem a experiência que eles querem, coisa que os jovens que desejam ingressar no mercado muitas vezes não tem. E tudo isto porque há uma necessidade de se aumentar a renda familiar, porque ela ficou menor e já não está mais suficiente para garantir o conforto ou as necessidades básicas das famílias.

3 UM ESTADO COM DUAS CARAS

O Estado do Paraná apresenta bons resultados em alguns dados sócio-econômicos, porém também é detentor de vários problemas que os demais Estados tem. O Paraná, tal qual o Brasil, vive uma realidade dúbia, onde nas últimas décadas tivemos um aumento da produtividade, mas temos também uma situação problemática de má distribuição de renda que se assemelha a do restante do país, além de alguns problemas estruturais que ainda nos assolam.

Juntamente a isto vêm os problemas sociais, entre eles, podemos citar a má distribuição de renda, a má administração do poder público. Nossas políticas de redistribuição de renda e de auxílio ao desenvolvimento e crescimento industrial, são falhas ou não suprem a todas as necessidades do povo.

A população paranaense é formada pela miscigenação de muitas raças, os indígenas, portugueses que se estabeleceram desde o Brasil Colônia, os negros que vieram escravos, os europeus, conforme cita FURTADO (2004), com os italianos, juntamente com os eslavos, polacos, espanhóis, alemães, russos, posteriormente os árabes os japoneses, chineses e muitos outros povos que hoje aqui estão.

O Paraná teve uma expansão populacional não apenas pela migração de pessoas vindas de outros países, mas isto também ocorreu impulsionado pela abertura de uma nova fronteira agrícola, conforme nos mostra a tabela 1, durante as décadas de 40, 50 e meados da década de 80. Fomos de 1,2 milhões de habitantes em 1940 para 7 milhões em 1970. Nossas taxas geométricas de crescimento anual ficaram próximas de 5% ao ano. A partir da década de 70, esta taxa caiu abruptamente, indo para menos de 1% ao ano. Após 1991 tivemos novamente números maiores e voltamos a crescer a taxa de 1,4% ao ano (IBGE, 2001).

Também pode-se observar que a partir da década de 80, as taxas de crescimento populacional para a região rural foram negativas, visto que nos anos 70 e 80 houve uma grande urbanização do Estado, assim como uma grande migração da população rural para os centros urbanos configurando assim uma rede de centros urbanos bem distribuídos pelo nosso território, isto é resultado também de uma nova estruturação do sistema urbano paranaense que é mais bem estruturado e qualificado economicamente. A partir da década de 90, este novo sistema de urbanização, juntamente à inserção na economia internacional aumentou a

competitividade, assim a Região Metropolitana de Curitiba se destaca dentro deste novo cenário, como o centro de investimentos do Estado. Desta forma o crescimento populacional da capital paranaense que era de 24,4% em 1991, passou para 28,5% em 2000 (IBGE, 2001).

TABELA 1 CRESCIMENTO POPULACIONAL DO PARANÁ E TAXAS DE CRESCIMENTO-1940/2000

ANOS	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO			
	POPULAÇÃO	TOTAL	URBANO	RURAL
1940		1.236.276	302.272	934.004
1950		2.115.547	528.288	1.587.259
1960		4.268.239	1.305.927	2.962.312
1970		6.929.888	2.504.378	4.425.490
1980		7.629.392	4.472.561	3.156.831
1991		8.448.713	6.197.953	2.250.760
2000		9.563.458	7.786.084	1.777.374
TX DE CRESCIMENTO				
1940/1950		5,52	5,74	5,45
1950/1960		7,27	9,47	6,44
1960/1970		4,97	6,73	4,10
1970/1980		0,97	5,97	-3,03
1980/1991		0,93	3,01	-3,03
1991/2000		1,40	2,59	-2,60

Fonte IBGE (2001)- CENSO DEMOGRAFICO - adaptado.

Retirado CD-ROM Indicadores e Mapas temáticos IPARDES 2003.

Os estados da Região Sul, junto com outros, na região sudeste, sempre se destacaram positivamente, pois, quando vemos a situação social, podemos observar que estamos em melhores condições que os estados nordestinos, por exemplo, um dos índices que nos mostra isto é o da escolaridade, que é visivelmente superior, haja visto que temos 0,4% da população com mestrado e doutorado (IBGE 2002), conforme mostra a tabela 2.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DOS ESTUDANTES DE 18 A 24 ANOS DE IDADE, POR NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO, NO BRASIL E REGIÃO SUL, EM 2001.

	TOTAL	ALFABETIZAÇÃO	ENSINO DE BASE	2º GRAU		
		DE ALUNOS (%)	OU 1º GRAU (%)	GRADUAÇÃO (%)	MESTRADO OU DOCTORADO (%)	
BRASIL	7.794.960	00,8	25	42,5	26,3	0,3
SUL	1.002.329	0,4	12,9	39	40,5	0,4

Fonte: PNAD IBGE – 2002 – modificada.

Retirada de Síntese dos indicadores Sociais.

Este número só é igualado na Região Sudeste, também com 0,4%. Nas demais Regiões o índice é inferior, inclusive o índice nacional que também é inferior ao do Estado do Paraná. Em relação às pessoas com graduação superior, novamente estamos em melhor situação que o restante do Brasil, além do que a Região Sudeste, que tradicionalmente está à nossa frente em muitos aspectos, não consegue nos igualar neste índice. Temos na Região Sul 40,5% da população com graduação superior, na Região Sudeste, que mais se aproxima de nós, este número é de 34,2%. Já no Brasil este número é de 26,3% (IBGE 2002). Isto não explica por si só porque o Paraná está em melhor situação que alguns outros estados. Mas o fato de o Paraná ter um maior desenvolvimento econômico favorece para que tenha uma população com mais estudo, o mesmo que acontece com a região sudeste. Sabemos que os países que tem um maior desenvolvimento econômico, tem também um maior grau de escolaridade. Isto se torna uma necessidade do sistema produtivo.

Para que haja desenvolvimento tecnológico é preciso que haja um grau elevado de conhecimento. Desta forma o Estado do Paraná também precisa de pessoas melhores qualificadas, conforme a industrialização, agropecuária e demais sistemas de produção vão sofrendo modernizações conseqüentemente há uma elevação do grau de escolaridade de sua população.

Mas também não devemos nos esquecer de que com uma maior mobilização na implantação de indústrias e demais empresas dentro dos grandes

centros urbanos, são trazidos para estes centros, mais pessoas procurando emprego, ou seja, pessoas de baixa qualificação que apenas irão aumentar os números de desempregados e aumentará o grau de pobreza das cidades, ou seja, os bolsões de miséria que as grandes cidades tem. É como se estes grandes centros urbanos fossem “eldorados” modernos, aonde as pessoas não vem pensando em enriquecer, mas sim, encontrar qualquer tipo de renda.

TABELA 3 TAXA DE ATIVIDADE, POR GRUPO DE ANOS DE ESTUDO - 2001.

Taxa de atividade, por anos de estudo %.					
	Sem instrução	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 ou mais
Brasil	52.9	52	57.1	73.7	82.3
Sul	50.1	57.8	63	77.4	83.7
Paraná	52.2	57.1	60.6	77.5	83.4
Ctba Reg Met	52.8	57.2	58.9	76.3	80.8

Fonte: PNAD IBGE – 2002 – modificada.

Retirada de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

De acordo com os dados do IBGE (2002), mostramos na tabela 3, que cerca de 52,2% da população paranaense sem estudo ou com apenas um ano de escolaridade tem alguma atividade que lhe forneça renda. Sem qualificação, restam a estas pessoas os subempregos, seus rendimentos são, na maioria das vezes insuficientes para que se possa sustentar sua família. Na Região Metropolitana de Curitiba este número é de 52,8%.

Muitas vezes são os catadores de papel e sucata que reviram os lixos a procura do material reciclável, que lhes trará algum tipo de rendimento e sustento, quando eles venderem estes materiais. Quando estas pessoas chegam nas cidades se deparam com uma dura realidade, como não tem instrução suficiente para preencher os requisitos para que sejam empregadas, acabam indo para a informalidade, não tendo onde morar, vão para as chamadas invasões, favelas, onde as condições são as mais precárias que se possa imaginar. No campo os sem terra também vivem uma situação semelhante. Acampados nas fazendas debaixo de lonas, ou com construções que aparentam as favelas das cidades.

Conforme os demais dados mostrados na tabela 3, conforme as pessoas vão aumentando sua instrução cresce a taxa de atividade, no Paraná dos que tem

entre 1 a 4 anos de estudo, 57,1% destes tem algum tipo de atividade, quem tem entre 5 a 7 anos de estudo, 60,6% destes tem algum tipo de atividade, aos que tem entre 9 a 11 anos de estudo, 77,5% tem alguma atividade e para quem tem mais de 12 anos de estudo, a taxa de atividade é de 80,8% (IBGE 2002).

3.1 A RENDA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Como estão divididos os trabalhadores paranaenses, dentro do contexto do mercado de trabalho, o estudo apresenta algumas tabelas para mostrar isto:

TABELA 04 POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL E RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES PARA 2001

Grandes regiões	População ocupada						
	Total	Empregados	Militares ou estatutários	Trabalhadores domésticos	Conta própria	Empregadores	Não remunerados
Brasil	75450692	47,8	6,5	7,8	22,3	4,2	7,4
Sul	12872954	45,4	5,5	6,5	21,5	5,2	9,8
Paraná	4723545	46,6	5,2	7,1	21,5	5,1	9,3
Ctba Reg Met	1326604	54,2	5,9	7,1	21,9	4,3	3,6

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

Está é a distribuição da população ocupada. Com a tabela 4 é possível ver o reflexo da falta de recursos dos pequenos empresários paranaenses. Aqueles que aparecem como trabalhadores por conta própria, poderiam ser micro ou pequenos empresários. Quando vemos o total de empregadores que o Estado tem, vemos que os trabalhadores por conta própria poderiam ser micro-empresários registrando seus negócios e proporcionando a criação de mais empregos. Na verdade, o que ocorre muitas vezes é que eles estão na clandestinidade, suas empresas de fundo de quintal não estão devidamente registradas

Desta forma eles ficam na informalidade e não podem empregar formalmente a outras pessoas que muitas vezes também ficam na informalidade nestas fabriquetas de fundo de quintal, elas são marcenarias, oficinas mecânicas, carpintarias, serralherias, entre outras. Outra observação está no número de

estatutários e militares que é muito baixo, pois o governo diz que tem que conter os gastos em relação a sua folha de pagamento, respeitando a lei de responsabilidade fiscal, tendo que contratar as pessoas adequadamente dentro da lei. Mas isto só faz com que o serviço público não tenha uma qualidade satisfatória.

TABELA 05 POPULAÇÃO OCUPADA, TOTAIS E SUA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHADORES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES PARA 2001.

Grandes regiões	Classe de rendimento médio mensal de todos os trabalhadores em salário mínimo (%)						
	Total	Até ½	De ½ a 1	De 1 a 2	De 2 a 3	De 3 a 5	Mais de 5
Brasil	75.450.692	7,8	16,3	26,0	12,9	11,0	12,9
Sul	12872954	4,5	11,5	27,7	14,6	12,8	13,1
Paraná	4722545	5,2	13,5	27,5	13,7	11,4	13,2
Ctba Reg	1326604	2,4	8,4	28,6	18,0	15,0	10,0
Met							

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

Aqui é possível observar que, a maior porcentagem de pessoas tem uma renda entre um a dois salários mínimos. No Paraná este número é de 27,5%, em Curitiba e Região Metropolitana este número aumenta para 28,8%. Estes números são maiores que os números nacionais que é 26%. Como temos pessoas que só tem como rendimento aquilo que o governo fornece, iniciamos nossa classe de rendimento com ½ salário mínimo. Isto é uma situação adversa dado que não se deve pagar a ninguém menos que o salário mínimo, segundo nossa constituição federal, porém, como isto não esta sendo pago como salário e sim como uma ajuda fornecida pelo governo, muitas vezes é a única fonte de renda que algumas famílias tem.

As numerosas pessoas que tem rendimento de ½ salário mínimo, desde o nacional até o de Curitiba e Região Metropolitana, são em sua maioria desempregados pois para estarem recebendo esta ajuda do governo este é um dos requisitos, não ter outra fonte de rendimento. Os números nacionais que em porcentagem são de 7,8%, em números reais são de 5.885.153,9 pessoas, o que é muito grande, já que é um número maior do que as populações de muitos países. No Paraná este número é de 245.572 pessoas que é uma porcentagem menor que a

nacional, mas ainda retrata um número considerável. Para Curitiba e Região Metropolitana o número é de 31.838, que é um número pequeno e também uma percentagem pequena, mas que deveria ser menor ou inexistente. Ter mais de cinco milhões de pessoas recebendo menos de meio salário mínimo, em nosso país, é gravíssimo, pois estas pessoas estão na condição de miseráveis. Ter pessoas nesta condição não é nada bom para nenhum país, pois são estes os números que nos iguala aos países mais pobres do mundo.

Nesta análise estamos observando que a maioria da população ocupada tem um rendimento na faixa de rendimento de dois salários mínimos, que ainda é baixo, antes de querermos aumentar este rendimento, deve-se tentar garantir algum rendimento aos que não tem, além de aumentar o rendimento de outras pessoas que ganham menos que esta média. Vamos ver como estão distribuídos estes trabalhadores por ocupação:

TABELA 06 POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO SUA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR PER CAPTA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PARA 2001.

Grandes regiões	População ocupada.						
	Mais de 2 salários mínimos						
	Total	Empregados		Militares/ estatutários	Trabalhadore s domésticos	Conta própria	Empregad ores
	c/ assinada	carteira assinada	s/ assinada				
Brasil	18877547	38.3	13.6	13.7	2.3	21.0	11.1
Sul	3705926	39.4	11.5	11.2	2.1	23.1	12.6
Paraná	1256074	38.4	12.0	10.8	1.9	24.0	12.0
Ctba	515557	43.5	12.3	10.2	2.4	23.3	8.3
Reg Met							

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

Na tabela 6 é possível averiguar que, as duas maiores parcelas da população paranaense ocupada estão, ou como empregados com a carteira assinada 38,4%, ou como trabalhando por conta própria 24%, apesar de termos mais trabalhadores com a carteira assinada e que 12% não tem carteira assinada, destes, muitos não contribuem para com a previdência social, não tendo seus

direitos trabalhistas respeitados, como o recolhimento do INSS, Instituto Nacional de Seguridade Social, responsável pelo pagamento do salário desemprego, da aposentadoria dentre outras vantagens pagas pelo governo aos trabalhadores. O que representa um prejuízo muito grande para toda a sociedade, pois sem contribuírem para a previdência eles não ajudam ao governo na hora a pagar futuramente sua aposentadoria.

TABELA 07 RENDIMENTO TOTAL E SEUS RESPECTIVOS VALORES RELATIVOS E RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES - 2001.

Grandes regiões	Rendimento total		Rendimento médio da população ocupada por sexo (R\$)		
	Valores absolutos (1000 R\$)	Valores relativos (%)	Total	Homens	Mulheres
Brasil	39058953	100	595,40	674,50	469,20
Sul	6797201	17,4	626,70	719,80	476,30
Paraná	2493233	6,4	624,20	728,80	449,90
Ctba Reg	942004	2,4	769,70	908,60	558,60
Met					

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

TABELA 08 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHADORES DA POPULAÇÃO OCUPADA, EM REAIS, POR SITUAÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES - 2001.

Grandes regiões	Rendimento médio mensal dos trabalhadores da população ocupada						
	Total	Empregados		Militares/ estatutários	Trabalhadores domésticos	Conta própria	Empregador es
		C/ carteira assinada	S/ carteira assinada				
Brasil	625,90	637,30	355,10	1044,60	272,60	505,00	1936,10
Sul	653,20	586,30	382,70	1030,30	268,30	579,70	1865,30
Paraná	654,00	500,00	376,30	996,10	270,00	579,30	2004,40
Ctba Reg	799,10	715,90	537,80	1300,40	320,30	723,70	2419,60
Met							

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

Ao observarmos os dados da tabela 07, perceberemos um rendimento médio na região metropolitana da capital paranaense que é bem acima da média

nacional, tal qual o da região sul. Enquanto a média nacional é de R\$ 595,40, em Curitiba e Região Metropolitana este valor sobe para R\$ 769,70, como já havia sido dito anteriormente na região sul e no Paraná os níveis de escolarização são superiores aos nacionais, desta forma já era de se esperar que o rendimento médio também superasse o nacional e de outras regiões do país. Na tabela 08 será averiguado como está o rendimento, segundo suas ocupações.

Com estes dados é possível ver que entre os trabalhadores os que melhor ganham são os funcionários públicos, este é um dos fatores que fazem com que cada vez mais as pessoas tentem entrar para o funcionalismo público. Nesta tabela é possível constatar outras situações, por exemplo, os salários pagos a quem tem a carteira de trabalho assinada, são maiores do que o salário pago a quem não tem a carteira de trabalho assinada, isto nos mostra que quanto maior a escolarização de uma pessoa mais fácil se torna conseguir um emprego com a carteira assinada. Também é possível ver que são os trabalhadores domésticos os que têm o menor rendimento, isto é reflexo também de sua escolaridade, pois geralmente são eles os trabalhadores com a menor escolaridade.

TABELA 09 PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRUPO DE ANOS DE ESTUDO - 2001.

	Grupos de anos de estudo							
	Total	Sem instrução	1 a 3	4 a 7	8	9 a 10	11	12 ou mais
Brasil	87.773.463	17.3	15.3	29	8.9	3.8	15.1	10.8
Sul	14.047.453	10.8	15.2	35.2	9.4	3.6	13.7	12.2
Paraná	5.215.312	15.1	16.4	29.6	8.5	3.7	13.9	12.9
Ctba Reg Met	1514615	10.4	12.1	27.2	11.5	4.4	18.2	16.3

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

Conforme se vê na tabela 09, a maior parte das pessoas com mais de 25 anos tem entre 4 a 7 anos de estudo, sendo a média de 6,6 anos no Brasil, 6,9 anos no sul, 6,8 anos no Paraná e 7,4 anos em Curitiba e Região Metropolitana, o correspondente entre a quarta série estudo fundamental, aos com menos escolaridade e a sétima série, aos que tem mais tempo de estudo. Isto nos mostra

que a maior parcela de pessoas não tem o primeiro grau completo.

Na tabela 03, foi observado que em relação à taxa de atividade das pessoas e seus anos de estudo, quanto mais tempo de estudo maior é a parcela de pessoas com alguma atividade. Assim foi mostrado que realmente quanto maior a escolaridade maior é o rendimento das pessoas. Para as pessoas com escolaridade entre 1 a 4 anos, tem-se cerca de 57,1% dos paranaenses com alguma atividade, já em Curitiba e Região Metropolitana o número é de 51,5%. Para aqueles que tem entre 5 a 8 anos de estudo, no Paraná encontram-se 60,5% com alguma atividade e em Curitiba e na Região Metropolitana o número é de 58,9%. Aos que no Paraná tem entre 9 a 11 anos de estudo, são 77,4% tendo alguma atividade e em Curitiba e na Região Metropolitana este percentual cai para 76,3%. Por último, temos as pessoas com 12 anos ou mais, que no Paraná é de 83,4% e em Curitiba e em sua Região Metropolitana são 80,8%. Estes números são bem expressivos, mostrando-nos o que ocorre na relação entre anos de estudo e ocupação no mercado de trabalho.

Desta forma é visível que, se dividirmos estas parcelas de pessoas de acordo com suas condições de vida, gradativamente as condições de vida destas pessoas melhoram conforme aumenta seus anos de estudo. Sabemos que as pessoas ao aumentar seu nível de escolaridade aumentam suas oportunidades de trabalho, aumentando também seus rendimentos, como nos mostra a tabela 3 sobre a taxa de atividade segundo anos de estudo. No caso de uma família, ao aumentar seus rendimentos, não há necessidade de que seus filhos venham a ajudar no rendimento familiar, o que faz com que as crianças possam estudar mais. Desta forma fica claro que a herança educacional que as crianças ganham depende do rendimento de seus pais e conseqüentemente dos anos de estudo de seus pais, a partir do tempo que seus pais estudaram e da renda que os mesmos tem, a criança irá estudar até um certo tempo e seu ingresso no mercado de trabalho também tem haver com isto.

Porém isto não é uma regra fixa. As pessoas podem estudar menos que seus pais, o que é contrário à maioria dos casos, pois geralmente os filhos estudam mais que seus pais, e também podem estudar mais que a média, ou seja, quando os pais têm, em média até quatro anos de estudo, geralmente seus filhos terminam o primeiro grau, por exemplo. Apesar de depender dos pais, a partir de um certo tempo de estudo à pessoa toma-se independente de sua herança familiar e os

limites educacionais não dependem mais de seus pais, daí então, dependerá de cada um, de suas necessidades e de sua capacidade de investir em capital humano. Geralmente ele será forçado a aumentar seu nível educacional em relação ao de sua família e aperfeiçoar-se constantemente para manter-se no mercado de trabalho. Esta tendência a receber a herança educacional de sua família, ou seja, aumentar um pouco mais o grau de escolaridade de seus pais, se dá mais nas classes mais baixas de renda, um dos fatores disto está na necessidade de aumentar o rendimento destas famílias, pois isto leva os jovens mais cedo ao mercado de trabalho e algumas vezes o retira da escola. Isto se dá por vários motivos, dentre eles o maior número de integrantes das famílias com menor rendimento, ou seja, quanto menor o rendimento de uma família, maior será o número de membros dela e maior será a necessidade de aumentar os rendimentos dos mesmos.

TABELA 10 RENDIMENTO-HORA DA POPULAÇÃO, POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO - 2001

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.	Rendimento-hora da população ocupada				
	Total	Grupos de anos de estudo			
		Até 4 anos	De 5 a 8	De 9 a 11	Mais de 12
Brasil	3.70	1.90	2.50	3.90	11.30
Sul	3.80	2.20	2.70	4.00	9.60
Paraná	3.70	2.20	2.60	3.70	9.50
Ctba Reg Met	4.80	2.50	3.00	4.40	11.30

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

Quando foram verificados os dados anteriores, vê-se que o rendimento hora por anos de estudo conforme tabela 10, é visível que as pessoas que tem até 04 anos de estudo no Paraná ganham, em média, R\$ 2,20 por hora, já em Curitiba e na Região Metropolitana este valor é de R\$ 2,50 por hora. Aos que se encontram na faixa entre 05 a 08 anos, R\$ 2,60 por hora no Paraná e R\$ 3,00 em Curitiba e Região Metropolitana, e na faixa de 09 a 11 anos este número é de R\$ 3,70 para o Paraná e R\$ 4,40 para Curitiba e Região Metropolitana. Para os que têm mais de 12 anos de estudo R\$ 9,50 por hora no Paraná e R\$ 11,30 para Curitiba e Região

Metropolitana.

É fácil verificar por estes números da tabela 10, que quanto maior o tempo de estudo, maior a renda que a pessoa tem por hora, com isto também vemos que quanto maior a escolaridade menos a pessoa precisa se dedicar ao trabalho para ter uma renda maior. Não são todos, mas a maioria trabalha menos e continua o aperfeiçoamento educacional e profissional. Desta forma, as pessoas com maior escolaridade podem trabalhar menos, ganhando relativamente mais, e ainda assim, podem se dedicar a estudar mais, se aprimorando cada vez mais no que faz, garantindo seu emprego, ou ampliando suas chances de ter um emprego melhor e conseqüentemente uma maior remuneração, melhorando sua qualidade de vida. Isto pode se dar de duas formas, uma delas é com as pessoas procurando por conta própria os aperfeiçoamentos e aumentando seus estudos, já o que mais ocorre nos dias de hoje são os treinamentos e cursos de capacitação que as empresas oferecem, ou seja, as empresas fazem com que seus funcionários se aprimorem para suprirem as novas necessidades que são exigidas. Nada mais do que investimentos em capital humano. Este tipo de investimento tomou-se uma necessidade muito grande para qualquer empresa que queira se manter no mercado.

Em conseqüência a isto as pessoas também têm que se manter no mercado de trabalho, para isto não basta apenas receber os treinamentos que as empresas oferecem, mas também tem que correr atrás de ter uma escolaridade que cada dia esta sendo mais exigida que seja de um curso superior ou pelo menos um curso técnico.

Mas, há oferta de emprego para estas pessoas? Vê-se que apesar da população estar aumentando sua escolaridade, a oferta de emprego não tem acompanhado a demanda. Desta forma, podemos concluir que, se aumentar a oferta de emprego, os números que mostrados seriam maiores. O caso é que a questão do desemprego está relacionada à questão de crescimento da produtividade e desenvolvimento econômico do país. Aumentamos a produtividade, mas não aumentamos os salários. Desta forma o consumo não foi o esperado. Para que os lucros não caíssem, reduziram-se as despesas com salários, diminuindo o poder aquisitivo da população responsável pelo consumo de massa. Tudo isto ocasiona mais desemprego e uma diminuição na renda das pessoas, sendo o maior problema nisto tudo o fato de aumentar a má distribuição de renda, que é um grande problema

do nosso país. Desta forma não crescemos porque não investimos e não investimos porque não crescemos, além disto sacrificamos os trabalhadores, com isto estamos também sacrificando os consumidores, e conseqüentemente estamos reduzindo nossa produção. Infelizmente isto é uma bola de neve que não nos deixa melhorar a situação econômica de nosso país, (DIEESE 2001).

3.2-ANALFABETISMO: O ATRASO DE NOSSA VIDA

Desde quando o Brasil era colônia de Portugal sua população era de grande maioria analfabeta, devido à falta de necessidade que a mão-de-obra tinha de ter qualquer tipo de estudo, o Brasil era um país agrícola de monoculturas, além do extrativismo vegetal e mineral, onde a mão-de-obra os escravos. Posteriormente, com a abolição da escravidão, esta mão-de-obra foi substituída pelos imigrantes, porém o analfabetismo continuou sendo um problema grande, pois nesta época os imigrantes também eram analfabetos em sua maioria, porque era esta a realidade dos agricultores, mineradores e trabalhadores braçais na esfera mundial e foram estes trabalhadores que o Brasil acolheu.

O Brasil ainda luta para erradicar o analfabetismo, além de também aumentar o nível de estudo da população, que por sua vez é baixo. Atualmente já que a população tenha um ensino de melhor qualidade, em instituições sérias, sim sabemos que hoje a qualidade do ensino, está sofrendo algumas críticas. Um exemplo disto é o elevado surgimento de cursos universitários, muitos deles feitos a distância o que deixa em dúvida sobre a qualidade da formação destes profissionais.

3.3 O ANALFABETISMO DO ESTADO PARANAENSE

Analisando a taxa de analfabetismo que o Estado do Paraná tem, é possível ver que em relação aos outros estados, o Paraná está numa situação melhor, porém é preciso preocupar-se em diminuir mais ainda estes números. No Paraná conforme mostram as tabelas 11, 12 e 13, que analisam os analfabetos com 15 anos ou mais de idade, nos anos de 1992, 1999 e 2001, nas situações total, urbana e rural, analisa o referido período e observa uma boa redução do percentual de analfabetismo.

TABELA 11 TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO NO TOTAL - 2001

Local	Total %								
	Total			Homens			Mulheres		
	1992	1999	2001	1992	1999	2001	1992	1999	2001
Brasil	17,2	33,3	12,4	16,5	13,3	12,4	7,1	13,3	12,3
Sul	10,2	7,8	7,1	8,8	7,1	6,4	8,6	8,4	7,7
Paraná	12,8	10,2	8,6	10,2	8,9	6,9	4,4	11,4	10,3
Reg Met Ctba	6,2	5,1	4,4	4,7	4,0	3,2	5,5	6,1	5,5

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

TABELA 12 TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO NA REGIÃO URBANA - 2001

Local	Região urbana %								
	Total			Homens			Mulheres		
	1992	1999	2001	1992	1999	2001	1992	1999	2001
Brasil	12,4	9,7	9,5	10,9	9,0	8,9	13,7	10,3	9,9
Sul	8,3	6,5	6,0	6,6	5,8	5,2	9,9	7,3	6,7
Paraná	10,2	8,6	7,5	7,4	7,1	5,7	13,0	10,0	9,1
Ctba Reg Met	5,6	4,6	3,9	4,2	3,4	2,8	6,9	5,6	5,0

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

TABELA 13-TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO NA REGIÃO RURAL - 2001

Local	Região rural %								
	Total			Homens			Mulheres		
	1992	1999	2001	1992	1999	2001	1992	1999	2001
Brasil	35,8	29,0	28,7	36,5	30,2	30,3	35,0	27,7	27,0
Sul	15,9	12,4	11,9	15,0	12,1	11,4	16,8	12,8	12,5
Paraná	21,1	16,4	14,3	18,4	15,5	12,1	24,1	17,5	16,6
Reg Met Ctba	17,9	12,2	9,0	13,6	11,3	7,1	22,8	13,1	11,1

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

A termos totais é possível ver que no Paraná houve uma redução de aproximadamente 4% na taxa de analfabetismo entre os anos de 1992 e 2001, mas em Curitiba e na Região Metropolitana, esta queda foi de apenas 1.8%, apesar destes números serem bem menores que os nacionais ou até mesmo os do Estado do Paraná, na região Sul, a queda foi de 3.1%, enquanto que no país houve uma queda de 4.8%, se no Paraná ou na Região Metropolitana tivesse obtido a mesma redução que os números nacionais, estariam bem próximos da erradicação do analfabetismo, principalmente em Curitiba e na Região Metropolitana. Quando se verifica a região urbana, os números mostram uma realidade melhor, com percentuais menores, mas estas reduções de 1992 para 2001 foram menores que os termos totais. Mas na região rural o problema é maior, primeiro pelos números percentuais que chegam a ser mais que o dobro da região urbana, depois pela redução que se teve no decorrer dos anos de 1992 a 2001, que percentualmente não chegou a ser o dobro da que se obteve na região urbana, (IBGE 2002).

TABELA 14 TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE POR SEXO E REGIÕES - 2001

TAXA DE ANALFABETOS FUNCIONAIS			
TOTAL			
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
BRASIL	27,3	27,9	26,8
SUL	21,2	20,6	21,7
PARANÁ	25,4	24,3	26,4
CTBA REG MET	18,4	17,3	19,4

URBANA			
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
BRASIL	22,6	22,4	22,9
SUL	18,5	17,5	19,4
PARANÁ	22,7	21,2	24
CTBA REG MET	17,1	15,8	18,4

RURAL			
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
BRASIL	53,8	56,2	51,2
SUL	33,1	33	33,2
PARANÁ	38,4	37,2	39,2
CTBA REG MET	31,2	32,1	30,3

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

O problema do analfabetismo se agrava quando analisamos os números de analfabetos funcionais, conforme a tabela 14. Estas pessoas que muitas vezes apenas sabem escrever seus próprios nomes sofrem a marginalização social e a exclusão do mercado de trabalho, restando a elas, muitas vezes o subemprego. Um analfabeto funcional é aquela pessoa que não freqüentou a escola, mas consegue ler e escrever alguma coisa e sabe reconhecer e assinar o próprio nome. Em relação aos números anteriores temos um aumento acentuado. Na Região Sul a taxa vai para 21,2%, no Paraná 25,4%. Em Curitiba e na Região Metropolitana é de 18,4%. Na região urbana estes números caem: no Sul 18,5%, no Paraná 22,7% e em Curitiba e Região Metropolitana é de 17,1%. Porém, o problema se agrava na região rural: para o Sul a taxa sobe para 33,1%, o Paraná passa para 38,4% e em Curitiba e Região Metropolitana este número chega a 31,2%. Se comparados ao Nordeste, onde a taxa é de 26,3%, os analfabetos funcionais rurais estão numa situação que pede maior atenção por parte das autoridades.

Para os analfabetos funcionais os números apresentados, são mais alarmantes. No próximo sub capítulo, é possível ver que os dados chegam a dobrar. Além disto, um analfabeto funcional não é uma pessoa que possa trabalhar num emprego onde se exija um mínimo conhecimento escolar, estas pessoas apenas sabem ler e escrever seus nomes, não tendo a capacidade de entender instruções para poderem participar de alguns processos de trabalho mais complexos, de operar algumas máquinas, que para muitas pessoas é muito simples. Desta forma, esta mão-de-obra não qualificada só serve para tarefas mais braçais, como se diz popularmente, são os peões de obra, já que não há a necessidade de muita instrução. Mas desta forma, quem consegue entrar no mercado formal ganha o mínimo que é oferecido, geralmente o salário mínimo, que normalmente é insuficiente para o sustento de sua família. Com isto, a maioria destas pessoas procura no mercado informal como seu meio de sobrevivência.

Hoje é possível ver alguns programas do governo em relação a isto, o governo está tentando aumentar o rendimento destas famílias. Um exemplo é o programa bolsa escola que tem garantido alguma renda que certas famílias não tinham e está aumentando o rendimento familiar de outras. Este programa tem tido sucesso, ao menos no que se refere ao desenvolvimento educacional, pois tem ajudado a manter crianças nas escolas. Anteriormente estas crianças estavam na rua, em posição tão desigual quanto seus pais, ajudando-os no sustento da família

ou não, mas agora com estes programas do governo que lhes garante alguma renda. Muitas crianças também têm a garantia de uma refeição no dia, pois a merenda escolar lhes garante isto. É humilhante pensar que uma criança vá até a escola pela garantia de que lá terá o que comer, mas isto é mais uma das tristes realidades deste país.

Outro problema enfrentado, está em como acabar com os analfabetos adultos. Distinguir os analfabetos entre aqueles que não sabem ler e escrever e nem fazer o próprio nome, daqueles que apenas sabem escrever seu próprio nome (analfabetos funcionais), não é a melhor saída para dizer que se está reduzindo o analfabetismo. Afinal de contas, apenas escrever o próprio nome não significa que esta pessoa tenha condições de ter uma chance no exigente mercado de trabalho. Hoje o que mais tem ajudado a acabar com o analfabetismo é o voluntariado: pessoas que por conta própria e muita força de vontade tem lutado contra este drama de tantos brasileiros.

3.4 A EXCLUSÃO RACIAL E SEUS REFLEXOS NO PARANÁ

A questão racial, é um problema que vem desde o início da formação do Brasil. Quando analisado a situação racial, verifica-se que tem mais analfabetos negros que brancos, também é visível que na população de baixa renda eles também são maioria.

TABELA 15 TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS DE IDADE OU MAIS. POR COR OU RAÇA - 2001.

Local	Taxa em %			
	Total	Cor ou raça		
		Branco	Pretos	Pardos
Brasil	12.4	7.7	18.7	18.1
Nordeste	24.3	19.0	29.5	26.2
Sul	7.1	5.8	12.8	14.6
Paraná	8.6	6.6	16.2	15.5
Reg Met Ctba	4.4	3.4	9.1	8.9

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

TABELA 16 TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAIS DAS PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS DE IDADE (%). 2001

Local	Cor ou raça			
	Total	Branca	Preta	Parda
Brasil	27.3	20.2	36.3	36.2
Sul	21.2	19.0	31.5	34.0
Paraná	25.4	22.1	42.6	36.2
Reg Met Ctba	18.4	16.1	26.9	29.9

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

No suò capítulo anterior, foi dito que se retomaria a situação do diferencial entre analfabetismo e analfabetismo funcional, nesta sessão, portanto olhando os dados das tabelas 15 e 16. No Paraná são 6,6% dos brancos que são analfabetos, 22,1% são analfabetos funcionais, enquanto que os negros são 16,2% e 42,2% de analfabetos funcionais, para os pardos 15,5% e 36,2% de analfabetos funcionais dados que estão nas tabelas 15 e 16. Em Curitiba e Região Metropolitana estes números caem e são de 3,4% de brancos, 9,1% de negros e 8,9% de pardos analfabetos. Apesar de haver um predomínio de brancos, devido à origem de povo paranaense, os números são bem distintos, mostrando uma secção racial grande, onde a exclusão social caminha na mesma direção, isto que aqui na região Sul do país encontramos pessoas loiras nas favelas, o que nos mostra que a miséria não é apenas uma situação dos negros. Qualquer pessoa de nossa sociedade pode ser excluída e por diversos fatores. Pode ser porque esta pessoa não tenha condições de sobreviver de seu trabalho por doença, falta de qualificação, analfabetismo, juntando a isto os altos índices de desemprego, tem-se um grande número de excluídos sociais.

O racismo existe e é um fator de grande peso para que os negros continuem pobres. No Brasil os negros têm o dobro de chances de continuarem pobres, segundo relatório da UNICEF (2002). A raça e o lugar onde as pessoas nascem tem grande influência no desenvolvimento econômico-social que a pessoa terá, a pobreza é uma herança que os filhos recebem dos pais, mas não precisam deixá-la para seus filhos, porém com a influência do meio em que vive, nós temos assistido esta herança passar de pai para filho há muitos anos.

Falando do Estado do Paraná, verifica-se que os números da tabela 17 mostram que o Paraná tem uma população com mais pessoas brancas que outros estados. Estando atrás do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas à frente do restante do país. Aliás, o Brasil é um país de população predominantemente branca, pois são 53,4% da população. Enquanto que os pardos são 40,4%, a população negra é de apenas 5,6% e temos ainda os amarelos e os indígenas com 0,6%. Mas o problema é que apesar de a população negra não ser tão grande em relação ao restante da população, sendo até uma minoria, eles são menos assistidos pelo governo, pois nos índices sociais sempre estão encabeçando as listas dos que estão em piores situações. Também é possível averiguar por estes índices que a herança da pobreza continua a ser entregue de acordo com a cor da pele das pessoas.

TABELA 17 POPULAÇÃO TOTAL E SUA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR COR OU RAÇA - 2001.

Local	População				
	Total	Cor ou raça (%)			
		Branca	Preta	Parda	Indígenas
Brasil	169.369.557	53.4	5.6	40.4	0.6
Sul	5.514.328	84.0	3.4	12.1	0.5
Paraná	9.715.695	76.4	2.5	20.0	1.1
Região Metropolitana de Curitiba	2.817.085	80.9	3.3	14.6	1.3

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002

Quando se fala de analfabetos, os brancos estão em menor número. No Brasil o total da população analfabeta, com mais de 15 anos é de 12,4%, mas é só olharmos para os números da tabela 15, de acordo com a cor e a raça das pessoas que vemos a grande diferença que se tem: brancos 7,7%, negros 18,7% e pardos 18,1%. Vê-se por estes números o quanto à população branca é privilegiada.

TABELA 18 TAXA DE ESCOLARIDADE DAS PESSOAS DE 5 a 24 ANOS DE IDADE POR COR OU RAÇA E GRUPO DE IDADE - 2001

LOCAL	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO														
	5 E 6 ANOS			7 A 14 ANOS			15 A 17 ANOS			18 E 19 ANOS			20 A 24 ANOS		
	Branco	Preta e Parda		Branco	Preta e Parda		Branca	Preta e Parda		Branca	Preta e Parda		Branca	Preta e Parda	
Brasil	78.7	73.9		97.5	95.4		84.1	78.1		52.9	49.6		28.5	23.4	
Sul	68.6	53.8		97.5	94.6		80.6	70.9		46.0	38.1		26.4	16.8	
Paraná	69.2	56.0		97.3	94.0		77.9	67.4		42.0	42.2		25.4	17.2	
Reg Met Ctba	66.8	54.9		97.5	92.4		79.6	65.7		40.4	37.1		30.0	25.0	

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

Com a tabela 18, pode analisar a taxa de escolaridade do paranaense. Primeiramente as crianças na idade entre 5 e 6 anos. No Brasil a média esta em tomo de 78,7 % de escolaridade para estas crianças, quando estas são brancas, e de 73,9 %, quando elas são pretas ou pardas. Enquanto isto os índices para estas crianças no sul, Paraná e Curitiba e Região Metropolitana são menores. Chegando a cair mais de 10 pontos percentuais. Já na faixa que vai dos 7 aos 14 anos, tem-se uma paridade entre os dados nacionais e regionais, pelo menos no que tange as crianças brancas, já para as crianças negras e pardas estes número são diferentes e decrescentes. No Paraná para as crianças brancas entre 7 e 14 anos de idade a taxa de escolaridade é de 97,3%, do outro lado para os negros e pardos a taxa é de 94%.

Pode parecer uma pequena diferença, mas que irá fazer uma grande diferença no futuro, quando estas crianças crescerem e estiverem procurando seu emprego. Verifica-se que acima dos 14 anos de idade a taxa de escolarização tende a cair, isto mostra que a evasão escolar é grande. Para o Paraná, enquanto a taxa é de 97,3% para crianças brancas, e de 92,4%, para pardas e pretas, dos 7 aos 14 anos, esta taxa cai para 25,4%, para os brancos, e 17,2% para os pretos e pardos. Na idade de 24 anos é muito importante que a escolarização seja maior, já que é nesta faixa de idade que se quer firmar em uma profissão. Além disto à criança entra no primeiro ano, nas escolas, ao completar 7 anos de idade, que é a idade instituída pelo governo, apesar de que pode entrar antes com até 5 anos, já aos que chegam aos 14 anos sem reprovar série alguma estarão na sétima série. Mas quando se vê

a diferença entre brancos, negros e pardos, observa-se o seccionamento que se têm já no início da alfabetização e iniciação das crianças na escola.

Ainda analisando a tabela 18, no Paraná as pessoas que estão na idade entre 15 e 17 anos e que são da cor branca, representam 77,9%, com os negros e pardos nesta mesma idade são 67,4%, sendo de dez pontos percentuais de diferença. isto é muito grave, pois nesta idade, há pessoas, que se não reprovarem nenhuma série, neste período de tempo, terminarão o segundo grau, que hoje é um grande selecionador natural para a entrada no mercado de trabalho.

Muitos destes adolescentes que não terminam o segundo grau, ficam atrasados na escolarização, tendo que trabalhar para ajudar no rendimento familiar. Desta forma deixarão os estudos e dificilmente terão um nível escolar adequado com as exigências do mercado de trabalho. Sendo assim eles sempre vão estar mudando de empregos, indo do que estão para algum menos qualificado, que seja menos exigente em relação a sua escolarização.

As pessoas brancas com 18 e 19 anos nos mostram que nesta faixa temos um salto negativo, pois a taxa de escolaridade das pessoas brancas é de 42%, para os negros e pardos que é de 42,2%, segundo a tabela 18. Índices praticamente iguais, mas que são muito baixos, mostrando que aqui o país tem um problema grande a ser resolvido: o de aumentar estes números. Este índice representa que os jovens ao chegarem na idade de entrar em uma faculdade largam os estudos.

Para os que entram nas faculdades privadas a dificuldade é pagar seus estudos, problema este que faz com que muitas vezes estas pessoas parem de estudar, não completando assim o 3º grau. Eles que tem entre 20 a 24 anos, independente se estão no sistema público ou privado, são poucos, aos brancos o índice é de 25,4%, aos negros e pardos é de 17,2%, segundo a tabela 18.

Devido ao atraso que estas pessoas tem na escolaridade, nem todos estes estão na faculdade. Muitos estão apenas tentando terminar o 2º grau. E outros tentam apenas terminar o 1º grau. E para estes que querem somente terminar o 1º ou o 2º grau, a qualidade de ensino que irão encontrar é menor do que a oferecida aos mais jovens no ensino regulamentar, muitas vezes eles para não perderem tempo fazem os chamados supletivos, que é um curso mais rápido, pois cada ano letivo é feito em apenas seis meses, a princípio parece ser melhor, pois a pessoa esta recuperando o tempo que perdeu, mas na verdade este ensino é de pior

qualidade, já que é realizado em menor tempo o conteúdo a ser estudado é passado de uma forma mais rápida e menos completa.

Verificando a média de anos de estudo, na tabela 04, verifica-se o resultado do que se falou, que mostra que os paranaenses têm em média 6,4 anos de estudo, os brancos 6,8 anos de estudo, os negros 4,9 e os pardos 5,1. Os brancos têm uma maior média de anos de estudo, no outro lado os negros ficam quase dois anos atrasados. O atraso em relação aos anos de estudo mostra que realmente os negros e pardos estão em desvantagem dentro do mercado de trabalho.

3.5-A INSERÇÃO DAS MULHERES

Juntamente com os negros, a situação das mulheres também é de relativo déficit em relação aos homens, havendo aqui uma diferença que está diminuindo mais rapidamente, que a diferença entre brancos e negros. Mas retomando o que diz as tabelas 11,12 e 13 que no Paraná 8.6% da população é de analfabetos, que destes 6.9% são homens e 10.8% são mulheres e que em Curitiba e na Região Metropolitana 4.4% são analfabetos e dentre estes 3.2% são homens e 5.5% são mulheres, percebe-se que o passado machista ainda reflete sobre a atuação das mulheres no mercado de trabalho. A situação se agrava entre a diferença da região urbana e a região rural. No Paraná, a diferença entre estas duas regiões é de quase o dobro. Os analfabetos na região urbana são de 7.5%, enquanto que na região rural este número é de 14.3%. A situação das mulheres também tem seu diferencial, pois as analfabetas da região urbana somam 9.1% da população, enquanto que na região rural este número sobe para 16.6%.

Hoje as mulheres fazem a diferença na renda das famílias. Muitas delas por vezes é que sustentam famílias inteiras. Desde que seus direitos foram igualados aos dos homens, elas estão tomando seus devidos lugares no mercado de trabalho, disputando de igual para igual com os homens que muitas vezes as deixaram de lado. Um dos determinantes desta inserção se dá pelo aumento do grau de escolaridade que vem aumentando, já que anteriormente muitas mulheres eram tolhidas de estudar.

Outra mudança que se pode observar no contexto social, que se dá pela maior inserção da mulher no mercado de trabalho, é a queda da taxa de

fecundidade, ocorrida pelos métodos de anticoncepção que se aprimoraram no decorrer dos anos, com isto o controle familiar pode ficar mais acessível dando as mulheres uma maior liberdade dentro da sociedade para decidirem se gostariam de ter filhos, quantos e quando.

Após as lutas que as mulheres travaram no passado para que esta inserção fosse possível, os espaços vêm sendo galgados com conquistas diárias, isto vem ocorrendo desde o século XIX, a mulher realmente conquista seu lugar no mercado de trabalho com a expansão que a economia teve na década de 70. Eis que as necessidades do mercado brasileiro garantiram esta maior inserção das mulheres. Mas, apesar da crise da década de 80, o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho se manteve crescente. Porém, muitas delas ingressaram no mercado informal e dentro desta necessidade de trabalhar para obter renda, seus direitos trabalhistas acabaram ficando de lado, esta é uma situação em que se encontram muitas famílias, seja com o chefe familiar homem ou mulher. Então, as negociações que tem ocorrido entre empregadores e empregados são para que não se demitam os trabalhadores. O importante é manter o emprego. Mas ganhar menos talvez não seja a melhor opção. Fato este que ocorre com muito mais frequência para as mulheres que para os homens, (DIEESE 2001).

TABELA 19 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR SEXO DA PESSOA REFERÊNCIA DA FAMÍLIA E PRESENÇA DE CONJUGE - 2001

Região	Distribuição percentual das pessoas residentes em domicílios particulares por sexo da pessoa referência					
	Homens			Mulheres		
	Total	C/ cônjuge	S/ cônjuge	Total	C/ cônjuge	S/ cônjuge
Brasil	72,7	98,1	10,9	27,3	8,8	91,2
Sul	75,6	90,1	9,9	24,4	9,9	90,1
Paraná	75,1	90,3	9,7	24,9	10,3	89,7
R.M.Ctba	71,5	88,5	11,5	28,5	17,9	82,1

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

As mudanças que as mulheres tiveram dentro da sociedade são gigantes, no Brasil o novo papel que a mulher tem dentro da sociedade, de acordo com os dados que da tabela 19, tem-se a seguinte situação: no Paraná, 75,1% das famílias tem como referência o homem, do outro lado temos 24,9% das famílias com a

mulher como referência. A mesma situação só que com cônjuge, os números nos mostram que 90,3% dos homens tem cônjuge e 9,7% não tem cônjuge, por outro lado os números relativos às mulheres são de 10,3% com cônjuge e 82,1% sem cônjuge, o que é bem o contrário dos números dos homens. Isto mostra que as mulheres estão como referência familiar em uma menor percentagem que os homens, mas, esta pequena porcentagem tem como maioria mulheres que não tem cônjuge. As mulheres sempre quiseram a independência em muitos sentidos, para as que são referência da família, esta liberdade foi realmente conquistada porque elas exercem um papel que antes era exclusivo dos homens.

TABELA 20 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO OCUPADA, EM REAIS, POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO E SEXO SEGUNDO REGIÃO - 2001

Região	Rendimento médio mensal da população ocupada, por grupos de anos de estudo R\$.											
	Até 3 anos			De 4 a 7 anos			De 8 a 10 anos			11 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Brasil	257,80	289,60	178,20	376,70	445,10	245,20	476,30	574,20	323,10	1.086,90	1.376,70	785,90
Sul	332,70	375,80	225,60	412,60	480,60	271,20	498,50	595,70	342,60	1.040,40	1.321,20	737,70
Paraná	338,90	389,90	218,00	406,90	477,70	256,00	489,80	596,10	308,70	1.029,90	1.324,40	696,80
Ctba	392,90	461,40	269,90	418,70	494,10	294,70	533,10	642,90	332,30	1.217,20	1.502,10	857,10
Reg Met												

Fonte PNAD IBGE 2002 modificada.

Retirado de Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

De acordo com a tabela 20, observa-se que a diferença entre o rendimento dos homens e das mulheres, nos deixa bem claro a discriminação que elas sofrem, recebendo menos que os homens. Para o Paraná, para quem tem até 03 anos de estudo, esta diferença é de 44%, para Curitiba e Região Metropolitana a diferença é de 42%, aos que tem entre 4 a 7 anos de estudo, no Paraná tem-se uma diferença de 46%, em Curitiba e Região Metropolitana 40%, para quem tem entre 8 a 10 anos de estudo, no Paraná a diferença é de 48%, o mesmo que para Curitiba 48%, para as pessoas com mais de 11 anos de estudo esta diferença fica em 47% no Paraná e 43% para Curitiba e Região Metropolitana. Observando que estes resultados são aproximados. Observamos que estas diferenças quase chegam a metade.

TABELA 21- GÊNERO POR ESCOLARIDADE EM 2001 NO PARANÁ

ESCOLARIDADE	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Número de Trabalhadores	Média Salarial	Número de Trabalhadores	Média Salarial	Número de Trabalhadores	Média Salarial
Analfabeto	10.646	342,21	3.470	295,06	14.116	330,62
4ª série incompleta	81.961	299,66	18.406	238,97	100.367	288,53
4ª série completa	108.811	343,51	27.502	248,16	136.313	324,27
8ª série incompleta	163.381	352,12	352,12	259,26	213.933	330,17
8ª série completa	220.300	392,35	91.028	314,41	311.328	369,56
2º grau incompleto	124.196	355,99	68.529	284,04	192.725	330,41
2º grau completo	183.899	503,43	148.320	350,8	332.219	435,29
Superior incompleto	23.248	881,76	22.770	540,08	46.018	712,7
Superior completo	33.681	2.008,64	34.204	1.082,59	67.885	1.542,05
Ignorado	339	310,29	167	275,98	506	298,97
Total	950.462	457,25	464.948	376,04	1.415.410	430,57

Fonte: CAGED 2001 – adaptada.
Retirada LIMA (2005)

Com a tabela 21, outra constatação, mas também reforça as demais constatações feitas anteriormente. É visível que o número de trabalhadores mulheres é bem menor que o de trabalhadores homens, além de novamente constatarmos que quanto maior o número de anos estudados maior é o rendimento das pessoas e então independente do sexo.

4- CONCLUSÃO

Após termos analisado todos estes dados, podemos ver que o país precisa dar uma nova perspectiva de vida para o povo brasileiro. Isto não é fácil, as mudanças que devem ser feitas são muito profundas, mas isto não é algo impossível. Tal qual o Japão, França, Alemanha e Itália após a segunda grande guerra conseguiram. Sabemos que não foi tão rápido, mas eles conseguiram mudar uma realidade que parecia muito difícil.

Este trabalho teve o objetivo de demonstrar que há uma relação entre o rendimento das pessoas e a escolaridade que elas possuem. Isto dentro do cenário do Paraná, Curitiba e sua Região Metropolitana, trazendo os dados nacionais para que se possa ter um parâmetro, dados retirados da PNAD. Procuramos mostrar estes dados em relação à ocupação, o sexo e a etnia das pessoas. E os dados nos mostraram que dentro desta relação existem diferenças.

No primeiro capítulo, a teoria do Capital Humano demonstrou que a escolaridade é grande responsável na determinação dos rendimentos das pessoas, evidenciando que em nosso país como a situação educacional é deficiente, isto ajuda a explicar porque temos esta diferença de rendimento de nossa população.

No segundo capítulo quando analisamos os dados da PNAD que demonstram a situação do Estado do Paraná, Curitiba e Região Metropolitana, constatamos a relação entre a escolaridade e o rendimento, ficou constatado também que independente da etnia, sexo ou ocupação das pessoas esta relação se mantém positiva. Sabemos que há diferenças entre brancos e negros, sendo os brancos que detêm um maior rendimento e uma maior escolaridade conseqüentemente, da mesma forma que os homens em relação as mulheres, assim como quem tem carteira assinada tem um maior rendimento que os que não tem, também vimos que quem está no funcionalismo público também detêm os maiores rendimentos. Percebemos que estas diferenças de rendimento se dão pelas diferenças de escolaridade.

Ficou visível que o problema de escolaridade que a população tem é uma das causas fundamentais na explicação da desigualdade de rendimento. Isto tem um duplo sentido de causalidade, ou seja, aqueles que tem um menor rendimento também proporcionaram aos seus descendentes uma escolaridade menor.

É preciso que o governo e a sociedade tomem mais atitudes, para que

estes problemas de desigualdade de escolaridade e de rendimentos sejam resolvidos. Quando acabarmos com o analfabetismo, a maior parte de nossos problemas estarão acabados. Posteriormente devemos aumentar a qualidade de ensino que oferecemos às pessoas de baixo rendimento. Quando toda a população puder ter o mesmo grau de ensino básico, estaremos no caminho de diminuir as diferenças de rendimento, diferenças estas que são responsáveis pela desigualdade social que assola nosso país hoje.

REFERÊNCIAS

DEVEMPORT, T. O; **Capital humano: o que é e porque as pessoas investem nele**. São Paulo: Nobel, 2001.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo. 2001.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2004.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2005.

IPARDES. **indicadores e Mapas Temáticos 2003**. CD-ROM Paraná Diagnóstico Social e Econômico, 2003

OLIVEIRA, L.A.P; **Síntese de indicadores sociais 2002**. In **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar PNAD 2002**. Rio de janeiro: IBGE, 2003.

LIMA, F. F. **Escolaridade e taxa de crescimento ótima: teoria e aplicações de dados de painel para os estados brasileiros**. Maringá. 2005. Dissertação de mestrado em economia.

PEREIRA, D. J. S. **Diferenças entre escolaridade e rendimento do trabalho nas regiões nordeste e sudeste do Brasil**. Piracicaba. 2001. Dissertação de mestrado em economia.

PRONI, M W; HENRIQUE, W. **Trabalho, mercado e sociedade o Brasil nos anos 90**. Unesp. São Paulo, 2003.

SILVA, R. S. C; SIQUEIRA, A. B. **de Evolução do mercado formal de trabalho na região metropolitana de Curitiba**. In **Estudos, Pesquisas e Relações de Trabalho - CRT**. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP. Curitiba, 2004.

SMITH, A. **Riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996.